

Uma análise sociológica em *Gabriela, cravo e canela*: a política do Brasil no início do século XX

Lucas de Melo Bonez

Licenciado em Letras pelo Unilasalle (Canoas/RS), aluno de especialização em Literatura Brasileira/PUCRS, professor de língua portuguesa e literatura em cursos pré-vestibular comunitários em Porto Alegre. Email: lucasbonez@hotmail.com

Resumo

A obra de Jorge Amado é bastante rica em questões sociais. A ideologia marxista é constante na primeira fase de suas obras, como em *Cacau e Terras do sem fim*. Em *Gabriela, cravo e canela*, resquícios deste tempo aparecem, através do enredo que é desenvolvido e até por características dos personagens. Neste artigo, mostraremos quatro pontos da política do Brasil no início do século XX e suas relações com a obra citada. Pelo autor ter um pensamento político forte, buscamos esta crítica sociológica para o desenvolvimento do trabalho.

Palavras-chave: diálogo, refletir, política.

Resumo

La obra de Jorge Amado es bastante rica en cuestiones sociales. La ideología marxista es constante en la primera fase de sus obras, como en *Cacau y Terras do sem fim*. En *Gabriela, cravo e canela*, resquicios de este tiempo aparecen, a través de la trama que es desarrollada y hasta por características de los personajes. En este artículo, mostraremos cuatro puntos de la política de Brasil en el inicio del siglo XX y sus relaciones con la obra citada. Por el autor tener un pensamiento político fuerte, recogemos esta crítica sociológica para el desarrollo del trabajo.

Palabras-clave: diálogo, reflejar, política.

Introdução

Certa vez, Jorge Amado, ao falar sobre a obra *Gabriela, cravo e canela*, afirmou que a cidade de Ilhéus – onde se passa a obra –, era um lugar antiquado e violento, e que sua obra viria para trazer paz àquele tipo de vivência, um alento para os moradores de lá. Isto, então, nos deixou com uma grande dúvida: qual seria a situação do Brasil (e Ilhéus, conseqüentemente) na época em que a obra se passa?

No presente trabalho, observaremos qual a relação que há entre o momento histórico brasileiro e a obra *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, a partir de uma visão sociológica da literatura. Mostraremos a sociedade brasileira daquela época, a história que a circundava, e, a partir de quatro tópicos, observaremos se a obra de Jorge Amado dialoga com a história do Brasil. Os aspectos a serem observados serão escolhidos a partir da análise do momento histórico de nosso país.

Para tal busca, usaremos livros teóricos que nos mostrem o que é a crítica sociológica, para que serve e como se deve usá-la para a análise literária; livros de história da literatura que nos tragam o momento histórico que o país vivia, para que possamos trazer o que comparar com *Gabriela, cravo e canela*, além da obra do autor a ser analisada.

O artigo será subdividido em três partes: a primeira, em que falaremos sobre a crítica sociológica e qual caminho desta iremos seguir; a segunda, em

que mostraremos qual era a situação do Brasil na época em que a obra de passa; e, por fim, na terceira parte, aplicaremos a teoria desenvolvida na primeira parte, relacionando a história brasileira com o enredo da obra de Jorge Amado.

A crítica sociológica

Trazer à tona a realidade, os traços, os costumes, as felicidades e as infelicidades de um determinado povo não é uma tarefa simples. Traçar o perfil de uma sociedade, mostrá-la como é, também não é fácil. Jorge Amado, porém, em *Gabriela, cravo e canela*, descreve a situação social de uma cidade do litoral baiano, Ilhéus, onde há a transição de um poder político ortodoxo e antiquado para um outro renovador, com idéias novas para a cidade.

Primeiramente, faremos uma apresentação sobre a crítica sociológica. Após, partiremos para a estrutura profunda dessa crítica, a partir do autor que escolhemos para usar como base deste artigo.

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, sociologia é: “1. Estudo das relações entre pessoas que vivem numa comunidade ou num grupo social, ou entre grupos sociais diversos. 2. Estudo dos problemas sociais.” (FERREIRA, 1993, p.510) Este sentido nos mostra apenas que a sociologia é um ramo de estudos que abrange a questão da sociedade. Para Dourado de Gusmão (1970),

[...] a Sociologia é a parte da ciência que estuda o social como um todo, na medida que resulta de outros fenômenos ou fatores sociais. Fenômeno decorrente da interação e inter-relação sociais cristalizado em instituições, grupos, símbolos, valores, idéias, normas, significações, enfim, em uma cultura, e que se encontra situado em um momento geográfico e em um estrato social. (p.9)

Com isso, podemos observar que a sociologia verifica as várias manifestações sociais, as relações entre si, as pessoas dentro e fora de uma dada sociedade. E para a literatura, para que serve a sociologia?

Danzinger e Johnson, na obra *Introdução ao estudo crítico da literatura*, iniciam o capítulo quatro com um questionamento: “De que modo a história social e a política podem ser importantes para a crítica?” (DANZINGER; JOHNSON, 1974, p.187). Logo dizem que “primeiro, é útil conhecer algo sobre o tema tratado, a fim de explicar alusões e até o significado de uma obra.” (idem, nota 1, p.187). Para, ainda, responderem a primeira pergunta, há uma resposta: “Além, é dita mais uma resposta: os estudiosos e

críticos interessados no contexto social e intelectual da literatura assinalam corretamente que nenhuma obra existe no vácuo” (idem, nota 1, p.190).

Partindo dessas primeiras afirmações, podemos ver que a crítica sociológica busca na história elementos que sirvam de base para fundamentar uma busca, dentro da obra literária, que mostre que a sociedade de um dado período histórico está refletida no texto analisado. A crítica sociológica, dessa forma, buscaria a aproximação entre a história e a literatura.

Para complementar a afirmação acima, Rogel Samuel diz que “se a sociologia é a ciência que estuda as sociedades, a sociologia do romance estudaria este gênero dentro da perspectiva de sua relação social.” (1986, p.109). Com isso, temos de executar a relação entre a obra lida e a sociedade da época para vermos que semelhanças há entre a sociedade e a obra literária. Para Octávio Ianni, os personagens literários são representações de uma sociedade, da época em que o texto foi escrito. Através de uma “realidade” (vista como a soma do *real* mais o *imaginário*), o crítico pode buscar na obra o quanto ela injeta nos escritos situações do cotidiano.

Antonio Candido diz que

Do século passado aos nossos dias, este gênero de estudos tem permanecido insatisfatório, ou ao menos incompleto, devido à falta de um sistema coerente de referência, isto é, um conjunto de formulações e conceitos que permitam limitar objetivamente o campo de análise e escapar, tanto quanto possível, ao arbítrio dos pontos de vista (2000, p.17).

Candido, neste fragmento, já nos mostra que o ponto de vista pode ser um fator complicante para a obtenção científica da situação social de uma dada época a partir de uma literatura que a reflita. O autor, porém, diz que é possível fazer essa diferenciação entre a expressão grupal e as características individuais dos artistas, mesmo que haja o jogo dialético entre esses dois âmbitos da obra, pois se pode considerar a predominância de um ou de outro para se fazer a análise, a partir de dois fenômenos sociais: a *integração* e a *diferenciação*. A *integração* é a que tenta acentuar o conjunto de valores comuns na sociedade em indivíduos ou em grupos. Já a *diferenciação* é a que busca a diferenciação entre uns e outros.

Antonio Candido ainda diz que “a obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição” (2000, nota 7, p.30). Conseqüentemente, a condição social influi nos escritos do autor e faz com que ele se posicione de uma determinada forma, explorando o lado que entender melhor. Assim, ele pode mostrar a sociedade

de acordo com seus pensamentos e como essa sociedade é na vida real.

Donaldo Schöler também nos acrescenta (e bastante) com seus estudos sobre a crítica sociológica: “[...] se o homem é o fruto da realidade sócio-histórica, a literatura, produto da atividade do homem, só pode ser fruto da realidade sócio-histórica”. A literatura aparece como produto do homem, moldado da forma que este quer, o que faz com que a história relacione-se à esfera sociológica da época da escritura da obra. Completa Schöler, dizendo que há duas concepções de literatura, mas que nos interessa a primeira, científica, que diz que

[...] considera a literatura como produto, fruto, reflexo da realidade sócio-histórica, da vida social, e tenta analisar, compreender cientificamente o fenômeno literário para chegar ao conhecimento objetivo, à realidade. (1981, p.55)

Com isso, observamos que a crítica sociológica tenta mostrar cientificamente a vida social da época em que a obra literária foi escrita, a fim de conhecer essa época e sua realidade. A literatura e a história, então, têm relação para a construção de um texto literário: o autor busca na sociedade elementos para compor sua obra; o crítico, por conseguinte, analisa a obra a partir do que a sociedade da época lhe traz como referência.

Para finalizar, Schöler faz uma paráfrase de Lucien Goldmann, que, segundo o próprio autor, é o maior expoente da sociologia da literatura, para explicar como funciona este estudo crítico da literatura:

“[...] segundo ele, um escritor expressa na sua obra (mesmo indireta ou deformadamente) as tendências sociais significativas do seu período, a partir do ponto de vista da sua classe (e da fração da classe a qual pertence). A crítica deve, pois, tentar descobrir na obra a estrutura de mundo que o autor oferece ao leitor, a estrutura sendo aquilo que ele chama de ‘visão de mundo’, isto é, ‘o conjunto de aspirações, sentimentos e idéias que reúne os membros de um grupo (na maioria dos casos, de uma classe social) e os opõe a outros grupos’. Consequentemente, a coerência interna de uma obra literária particular depende exclusivamente da visão de mundo do escritor (fica claro, porém, que a ‘visão de mundo’ não acaba com a necessidade de levantar as questões de estética, estilo, imagens, sintaxe etc., mas é o instrumento metodológico necessário para a compreensão do texto total – notar a importância da global sobre as partes)” (1981, nota 9, p.56).

Segundo o que nos diz Goldmann, o autor de uma obra literária irá expor seu ponto de vista a partir de uma classe social ou fração desta, contrapondo as outras camadas da sociedade. A dúvida, porém, para verificarmos se a estrutura social de uma obra é relativa à estrutura social da época, é referente ao ponto de

vista do autor. Este virá com uma ideologia (como já se referiu Antonio Candido, anteriormente), um pensamento social já formado frente à situação em que vive, que poderá ser observada no decorrer da obra. Há alguns problemas na teoria de Goldmann (que não é interessante para o atual trabalho), mas como ele “tem a vantagem de ter uma visão histórica (mesmo sendo uma História ainda um pouco raquítica), de partir da vida social e de considerar a literatura como reflexo; [...] aí se encontram as bases mínimas para uma tentativa de trabalho científico” (SCHÖLER, 1981, nota 9, p.56). Seria, então, possível seguirmos as idéias de Lucien Goldmann para a execução de nosso trabalho.

Assim o faremos: utilizaremos a idéia de Goldmann para fazermos nosso trabalho, a crítica sociológica em *Gabriela, cravo e canela*. Buscaremos, a partir do próximo capítulo, mostrar que a vida social brasileira (ou, no caso da obra, baiana) está exposta na (ou dialoga com a) obra de Jorge Amado. A crítica sociológica, por fim, nos dá base para mostrarmos que uma dada sociedade é expressa em uma dada obra literária, e esta nos mostra, nos faz refletir, nos faz estudar, nos faz ver como se dava a sociedade de um lugar em um determinado período histórico.

A sociedade brasileira da época

Para iniciarmos nossa análise, a crítica sociológica na obra de Jorge Amado, verificaremos o que acontecia no Brasil na época do enredo da obra, 1925. Observaremos, então, os fatos que circundam o país de 1920 a 1930, para ver se a sociedade representada em *Gabriela, cravo e canela* dialoga com a sociedade brasileira da época. Assim, usaremos, como base, teóricos de literatura que buscaram os fatos do Brasil para analisar o porquê de as obras consideradas *cânones* pertencerem à determinada época literária.

Antes de darmos início à análise, faremos uma breve teorização sobre o chamado *Romance de 30*, a segunda geração do Modernismo brasileiro. Isso porque esse estilo de época do Modernismo, na prosa, nos mostra diversos autores – entre os quais José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Cyro Martins e o próprio Jorge Amado, por exemplo – que fizeram obras voltadas para a realidade social do país, em determinados lugares do Brasil. A idéia de expor sobre o *Romance de 30* far-nos-ia saber, portanto, como a obra que escolhemos para análise foi construída.

1. Síntese do romance de 30

O romance de 30 (ou romance *neo-realista*) nasceu em 1928, com a publicação da obra *A bagaceira*, de José Américo de Almeida. Este tipo de literatura tem como características a denúncia social, revendo a sociedade brasileira, as relações entre o eu e o mundo, a temática agrária – seca, retirantes, engenho, por exemplo – e a temática psicológica.

Por retomar valores e temáticas usadas no Realismo e no Naturalismo, o *Romance de 30* também é chamado de *Neo-realismo*. Há um diálogo entre as obras dessas épocas como, por exemplo, entre *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

Naturalmente, há um motivo para que essa retomada tenha acontecido durante a década de 1920 e tenha se estendido por décadas além. Isso se deve ao momento histórico vivido pelo Brasil.

2. Momento histórico do Brasil e o Romance de 30

Segundo José Hildebrando Dacanal, os fatores que influenciaram os autores dos *Romances de 30* iniciaram em 1914, a partir da guerra imperialista, que terminaria com o colonialismo clássico europeu.

No Brasil, segundo Dacanal,

A imigração, a industrialização – gerada pela necessidade de substituir importações – a urbanização daí resultante, a agitação político militar, a crise econômica, tudo demonstrava que os dias do velho sistema estavam contados. O país estava pronto para o grande salto. Seu sistema de produção, relativamente simples, integrante do colonialismo clássico, começava a ser destruído. Uma estrutura mais complexa, própria dos subsistemas periféricos da nova fase da era industrial/capitalista, o substituiria. No sul, a *Armour* marcava o fim das charqueadas e o no norte as modernas usinas eliminavam o engenho. As zonas industriais e as cidades cresciam e suas imediações passavam a produzir alimentos para abastecer estes grandes aglomerados humanos. O café, elemento-chave da velha ordem econômico-política, perdia importância (1986, p.16).

Esses fatores, resumidamente, marcam a passagem do Brasil predominantemente agrário para o Brasil industrial. Há, porém, outros fatores bastante fortes para mostrar em que se embasavam os autores neo-realistas. Segundo Nelson Werneck Sodré, “entre 25 e 27 de março de 1922, com nove delegados, representando 73 membros, reunia-se, em Niterói, o congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro” (1987, p.34). Este fato pode ser bastante importante para nosso trabalho, tendo em visto que o autor da obra a

ser analisada, Jorge Amado, foi integrante desse partido, eleito, inclusive, como deputado pelo PCB. O ideal do partido provinha do anarquismo e não do socialismo, como o partido comunista da Argentina, por exemplo. O problema disso é que se pecava pela aversão às formas organizadas de luta, o que debilitava a sua combatividade e resultava praticamente nula, ao fim de cada episódio.

Ainda para Sodré,

Se o proletariado havia crescido e alcançava já um nível de qualidade, permitindo o seu ingresso na arena política, a burguesia tratava também as suas lutas e adotava formas em que se tornava evidente a sua ascensão. Claro está que as formas efetivas eram políticas e já correspondiam não só à ascensão burguesa como ao progressivo declínio da classe latifundiária. Como de costume, a vanguarda aguerida da burguesia era a pequena burguesia. No Brasil, por força de condições históricas, a chamada classe média vinha crescendo em número e, graças à divisão de trabalho, em valor objetivo. Formas de organização novas, em que estava presente, começavam a surgir (idem, p.34-35)

O Brasil estava sofrendo mutações em sua estrutura social, política e econômica. A burguesia também crescia e buscava um lugar melhor dentro da política do país. Viria posteriormente a massa militar, a ter na figura dos tenentes o ressurgimento dessa classe que buscava melhor colocação na sociedade. A Semana de Arte Moderna de 1922 também colaborou para uma mudança social no país:

Sem pretender relação direta, linear, sincrônica – os processos culturais são sempre complexos – é possível verificar como o longo domínio oligárquico, forma assumida pela classe dos proprietários rurais, senhores do latifúndio, aqui, condicionava a quietude, a monotonia, a rotina do que se convencionou conhecer como passadismo, então, em oposição a modernismo, enquanto a ruptura dos renovadores, na Semana e depois, vinha condicionada pelo avanço da burguesia brasileira, ascendendo a novo patamar, na sua revolução por etapas, sempre recusando as viradas radicais (idem, nota 2, p.40).

Podemos observar que a arte também tentou modificar o panorama social brasileiro. A Semana de Arte Moderna se realizou juntamente com a ascensão da burguesia, que não mais queria o passadismo para a nação, mas uma renovação que trouxesse o progresso.

A primeira Guerra Mundial proporciona ao país impulso para a industrialização e para a urbanização que a acompanha e, conseqüentemente, ao mercado interno que aumenta. A crise de 1929 determina o fim desse processo, pois, além de repetir condições que propiciam o avanço industrial, acelera o processo político e define mudanças inéditas na estrutura do poder.

Outro fator interessante foi o surgimento de jornais

a partir da inquietação política e econômica que havia. Surgiram tais como a *Folha da manhã*, o *Diário carioca* e *O globo*, além da revista *O cruzeiro*. Surge o Partido Democrático em 1926, em São Paulo, com a Coluna Prestes avançando pelo sertão. Em 1929, aparece o cinema falado e a Aliança Liberal, com vistas para a sucessão presidencial. Sodré ainda diz que

É uma fase de intensa agitação, que começa com a campanha presidencial, prossegue com a revolução armada e desemboca no Governo Provisório, em que as contradições do próprio movimento armado deflagraram sucessivos choques, particularmente o de 1932, com a tentativa de retorno político logo detida. A agitação será a nota dominante dos anos posteriores a 1930: tudo é discutido, questionado, em apaixonados debates, com choques turbulentos. A mudança preludiada com a derrocada da República oligárquica busca o seu leito, com altos e baixos, avanços e recuos (idem, nota 2, p.43).

Essa agitação, então, fez com que as pessoas refletissem sobre a situação a qual viviam. O Brasil avançaria com um novo modelo econômico, político e social, e a população começava a assimilar essa idéia, confrontando-a com a idéia da República oligárquica que deixava o poder. Isso tudo dialoga com a literatura, como nos diz Massaud Moisés:

Com efeito, o lapso histórico que principia em 1928 identifica-se pela (re)tomada de consciência da realidade nacional. Prosseguia-se, desse modo, nos rumos abertos em 22, mas aprofundando-os, ampliando-os e dando-lhes solidez maior [...]. De um lado, punha-se o ensaio sociológico ou sócio-histórico, procurando ganhar rigor de ciência ou, ao menos, oferecer uma imagem menos subjetiva de nossas condições de povo tropical, embora sem abdicar de certas prerrogativas literárias. De outro, a ficção, buscando ser registro documental das características sociais, geográficas e históricas do interior brasileiro, notadamente o Nordeste e o Sul (1996, p.162).

Desta forma, observamos que os literatos da época se propuseram a refletir sobre a situação do Brasil em suas obras, expondo nelas a sociedade em que viviam e a forma como a viam. Alfredo Bosi também diz que

O Modernismo e, num plano histórico geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, a Revolução, o acelerado declínio do Nordeste, as fendas nas estruturas locais) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevaleceria. [...] Mas, sendo o *realismo absoluto* antes um modelo ingênuo e um limite da velha concepção mimética de arte que uma norma efetiva da criação literária, também esse romance precisou passar pelo crivo das interpretações da vida e da História para conseguir dar um sentido aos seus enredos e às suas personagens. Assim, ao realismo 'científico' e 'impessoal' do século XIX preferiram os nossos romancistas de 30 uma *visão crítica das relações sociais* (1994, p.389).

Com isso, partiremos à análise de *Gabriela*,

cravo e canela. Os autores do Modernismo brasileiro, analisando a situação social, econômica e política da época, montaram suas obras refletindo sobre a vida cotidiana do povo, de quem trabalha, de quem estuda, de quem comanda as cidades, entre outros componentes sociais. Analisaremos agora a obra de Jorge Amado e veremos se a obra condiz com a realidade social da época ou não.

A obra e a relação com a sociedade

A partir de agora, faremos a análise da obra, relacionando-a com a sociedade brasileira das décadas de 1920 e 1930. Para tanto, de todos os acontecimentos históricos, separamos quatro para analisarmos: a questão dos senhores de latifúndio, que atrasavam o progresso das cidades em que tinham poder; os avanços modernos que chegam a Ilhéus; a indignação da pequena burguesia frente à política e sua participação nesta; e, por fim, a criação de jornais a partir da inquietação política. Subdividiremos o capítulo de acordo com as questões que abordaremos.

Antes, vejamos o enredo da obra. A história começa em 1925, na cidade de Ilhéus. No início, a história centra-se em dois personagens: Mundinho Falcão e Nacib. Mundinho é um jovem carioca que emigrou para Ilhéus e lá enriqueceu como exportador e planeja acelerar o desenvolvimento da cidade, melhorar os portos e derrubar Bastos, o inepto governante. Nacib é um sírio, dono do bar Vesúvio, que se vê em meio a uma grande tragédia pessoal: a cozinheira de seu estabelecimento partiu para morar com o filho, e ele precisa entregar um jantar para 30 pessoas em comemoração à inauguração de uma linha automotiva regular para a cidade de Itabuna. Ele encomenda com as irmãs Dos Reis, gêmeas careiras, mas passa toda a primeira parte da obra procurando por uma nova cozinheira.

No final dessa, aparece Gabriela, uma retirante que planeja estabelecer-se em Ilhéus como cozinheira ou doméstica, apesar dos pedidos do amante que planeja ganhar dinheiro plantando cacau.

A segunda parte passa-se apenas em um dia. O dia começa com o amanhecer de dois corpos na praia, frutos de um crime passionai (e todo mundo dá razão ao marido traído/assassino). Seguem as preparações do jantar e a contratação de Gabriela por Nacib. No jantar, acirram-se as diferenças políticas e, na prática, declara-se a guerra pelo poder em Ilhéus entre Mundinho Falcão (oposição) e os Bastos (governo).

Quando o jantar acaba, Nacib volta para casa e, quando ia deixar um presente para Gabriela – silenciosa, mas não inocentemente – tem com ela a primeira noite de amor.

A terceira parte passa-se cerca de três meses após o fim do outro capítulo, e três problemas existem: o caso Malvina-Josué-Glória-Rômulo, as complicações políticas e o ciúme de Nacib. Josué era admirador de Malvina, filha de um coronel, mas de espírito livre. Esta começa a namorar Rômulo, um engenheiro chamado por Mundinho Falcão para estudar o caso da barra (que impedia que navios grandes atracassem no porto de Ilhéus). Josué se desaponta e se interessa por Glória, amante de um outro coronel. Rômulo foge após um escândalo feito pelo pai de Malvina. Ela, então, faz planos de se libertar, enquanto Josué começa um caso em segredo com Glória. Na política, acirra-se a disputa por votos a ponto de o coronel Bastos mandar queimar toda uma tiragem do jornal do candidato oposicionista. Mundinho, porém, é mais bem aceito pela sociedade com a chegada do engenheiro. A popularidade cai quando esse foge, com medo do pai de Malvina, e ganha com a promessa da chegada de dragas a Ilhéus. Nacib, enquanto isso, desenvolveu um caso com Gabriela, mas é atacado pelo ciúme. Aos poucos, ele percebe que é amor e acaba propondo casamento a Gabriela. O capítulo acaba durante a festa de casamento de Nacib e Gabriela, quando chegam as dragas no porto de Ilhéus.

Na quarta e última parte resolvem-se todos os casos. Josué e Glória oficializam a relação, e Glória é expulsa de sua casa pelo coronel que a mantinha. Na parte da política, após o coronel Ramiro Bastos perder o apoio de Itabuna, morre placidamente em seu sono. Seus aliados reconhecem que estavam errados (a lealdade era com o homem, não suas idéias) e a guerra política acaba com Mundinho e seus candidatos vencedores. Gabriela não se adapta à vida de *senhora Saad*, para desespero de Nacib. O dono do bar Vesúvio acaba anulando o casamento ao flagrá-la na cama com Tonico Bastos, seu padrinho de casamento. Ninguém ri de Nacib, entretanto; pelo contrário, Tonico é humilhado e sai da cidade, o casamento é anulado sem complicações, pois os papéis de Gabriela eram falsos. Nacib fica amargurado e vai se recuperando. As obras na barra se completam com sucesso e Nacib e Mundinho abrem um restaurante juntos. O cozinheiro chamado pelos dois é convidado a se retirar da cidade por admiradores de Gabriela, que acaba sendo recontratada por Nacib. Semanas depois, Nacib e ela reiniciam seu caso, tão ardente como era no começo e deixara de ser após o casamento. Num epílogo, o

coronel, assassino dos dois amantes da primeira parte, é condenado à prisão.

A partir disso, observamos que todos os pontos a serem tratados neste artigo estão presentes no enredo. Partamos, agora, para cada ponto selecionado:

a) A questão dos donos de latifúndio

Como vimos no início deste capítulo e no anterior, os donos de grandes extensões de terra atrapalhavam o progresso das cidades, tendo em vista que comandavam as regiões de suas terras. No caso de *Gabriela, cravo e canela*, Ramiro Bastos é a representação desse tipo social, que detém o poder e não o quer dividir, quanto menos fazer com que a cidade progrida. Afinal, ele está obtendo seus lucros do jeito que a cidade estava.

Vejamos o fragmento a seguir:

Nacib lhe dava as notícias mais recentes, o coronel já tinha sabido do encalhe do Ita.

– Mundinho Falcão chegou nele, Disse que o caso da barra...

– Forasteiro... – atalhou o coronel. – Que diabo veio buscar em Ilhéus onde não perdeu nada? – era aquela voz dura do homem que tocara fogo em fazendas, invadira povoados, liquidara gente, sem piedade. Nacib estremeceu (AMADO, 1958, p.66).

Podemos observar que o coronel Ramiro Bastos fica atordoado com a possibilidade de um outro homem querer intervir em Ilhéus. Dessa forma, sente sua liderança na cidade ameaçada, o que o faria ter de mudar seus hábitos para continuar com seu lucro a partir de seus latifúndios. Segue a narrativa:

Como se Ilhéus não fosse uma terra de forasteiros, de gente vinda de toda a parte. Mas era diferente. Os outros chegavam modestamente, curvavam-se logo à autoridade dos Bastos, queriam apenas ganhar dinheiro, estabelecer-se, entrar pelas matas. Não se metiam a cuidar do 'progresso da cidade e da região', a decidir sobre as necessidades de Ilhéus. Uns meses antes, o coronel Ramiro Bastos fora procurado por Clóvis Costa, dono de um semanário. Queria organizar uma sociedade para lançar um jornal diário. Já tinha máquinas em vista, na Bahia, precisava de capital. Dera-lhe longas explicações: um jornal diário significa um novo passo no progresso de Ilhéus, seria o primeiro do interior do Estado. Pretendia o jornalista levantar dinheiro entre os fazendeiros, seriam todos sócios do jornal, órgão a serviço da defesa dos interesses da região cacauífera. A Ramiro Bastos a idéia não agradou. Defesa contra quem ou contra o quê? Quem ameaçava Ilhéus? O governo, por acaso? A oposição era coisa à-toa, desprezível. Jornal diário parecia-lhe luxo supérfluo. Se precisasse dele para qualquer outra coisa, às ordens. Para jornal diário, não... (idem, nota 1, p. 66-67).

Vê-se, assim, que o coronel Bastos não pretendia modificar o panorama social da cidade, pois qualquer tipo de atividade que pudesse denunciar tanto as ações dos coronéis quanto a situação da cidade poderia decretar um estado de insatisfação coletiva,

confrontando com a inércia dos mandantes de Ilhéus.

Comparativamente, este era o estado em que se encontravam os grandes latifundiários. Não havia a necessidade de mudarem sua condição, pois assim poderiam ver seus lucros diminuídos ou até perdidos. Mantinham a sociedade intacta, fazendo apenas algumas obras para que o povo pudesse ver e, em sua idéia, aprovar a ação do governante. No decorrer da narrativa, há populares que mencionam a construção de praças na cidade, para agradar os moradores. A idéia de mudança, porém, desagradava os donos de latifúndio, que ameaçavam os progressistas com arma, inclusive: “Foi a vez de o coronel brindar com o exportador. Segundo contaram depois, durante todo o discurso do Capitão, Amâncio Leal manteve a mão na coronha do revólver” (idem, nota 1, p.146). Amâncio Leal é um dos donos de terra que aparecem na obra, companheiro de Ramiro Bastos, que o ajuda em suas políticas governamentais para Ilhéus.

Para finalizar esta parte, mais um fragmento para analisarmos:

— Me desculpe, seu coronel, não é isso não. Que é que ele pode oferecer e vosmicê não pode? Lugar em chapa, influência, nomeação, prestígio? Vosmicê pode mais. O que ele oferece e está fazendo é governar de acordo com o tempo.
 — Governar? Desde quando ganhou a eleição?
 — Nem precisa ganhar. Abriu rua na praia, fundou jornal, ajudou a comprar marinetes, trouxe agência de Banco, engenheiro para a barra. Que é isso se não governar? [...] só há um jeito de arrumar a situação. Um só, outro eu não vejo.
 — E qual é, me diga? — a voz do coronel soava ríspida, agora pareciam quase dois inimigos face a face. [...]
 — Só há um jeito, é entrar num acordo.
 — Quem? Eu? Com esse forasteiro? O que é que pensa de mim, coronel? Não fiz acordo quando era moço e corria perigo de vida. Sou homem de bem, não é quando tou para morrer que vou me dobrar. Nem fale nisso.” (idem, nota 1, p.212).

Percebe-se, nesta passagem, que o coronel Ramiro Bastos recebeu um outro coronel da região cacauzeira para discutir a situação política da cidade. Quando este tenta fazer com que ele se aproxime de Mundinho Falcão — a pessoa sobre a qual estavam discutindo —, o coronel entrou em estado de fúria, negando qualquer possibilidade de acordo entre a situação e a oposição da política de Ilhéus.

Isso nada mais é, enfim, que a representação da revolta das oligarquias rurais — na figura de Ramiro Bastos — perante o progresso e a evolução da sociedade — representada por Mundinho Falcão. O texto de Jorge Amado, assim, dialoga com a situação social do Brasil, que vimos no capítulo anterior.

b) Avanços: a modernidade chega a Ilhéus

Em *Gabriela, cravo e canela*, observamos que, a partir da não aceitação dos governantes da cidade em ter maiores possibilidades tecnológicas e industriais, um dos grandes negociantes de cacau, Mundinho Falcão, passa a trazer essas coisas que os coronéis não queriam. A sociedade reivindicava aprimoramentos, pois a cidade vizinha, Itabuna, trazia novidades para a cidade.

Uma das marcas da evolução da cidade dá-se logo no início da obra:

A própria estrada de rodagem, recentemente inaugurada, ligando Ilhéus a Itabuna, onde trafegavam caminhões e marinetes, ficaram, em certo momento, quase intransitáveis, pontilhões arrastados pela água, trechos com tanta lama ante os quais os chofres recuavam. O russo Jacob e seu sócio, o jovem Moacir Estrela, dono de uma garagem, haviam raspado um susto. Antes da chegada das chuvas organizaram uma empresa de transportes para explorar a ligação rodoviária entre as duas principais cidades do cacau, encomendaram quatro pequenos ônibus do sul. A viagem por estrada de ferro durava três horas quando não havia atraso, pela estrada de rodagem podia ser feita em hora e meia (idem, nota 1, p.19).

A construção da estrada de rodagem fazia com que as cidades de Ilhéus e Itabuna tivessem uma demora menor de deslocamento. Já que indo de trem, pela estrada de ferro, a viagem durava cerca de três horas, não haveria por que continuar assim, já que se poderia ter uma estrada de veículos que tenderia a se deslocar mais rapidamente. Com a opção de evoluir — ainda sob a idéia de manter as roças de cacau, a fim de transportar a produção —, os coronéis das duas cidades optaram por construir tal estrada.

Posteriormente à construção, a cidade de Itabuna funda uma empresa de ônibus para facilitar o transporte desta cidade para Ilhéus. No bar Vesúvio, houve uma comemoração ao feito da cidade vizinha:

Apesar da curiosidade e do receio de Nacib, o jantar da Empresa de Ônibus transcorreu em perfeita paz e harmonia. [...] Os primeiros convidados a chegar foram os de Itabuna, louvando a viagem em marinete [...] Olhavam com condescendente curiosidade as ruas, as casas, a Igreja, o bar Vesúvio, o estoque de bebidas, o Cine-Teatro Ilhéus, achando que em Itabuna tudo era melhor, não havia igrejas como as de lá, cinema melhor que os deles, casas que se iguallassem às novas moradias itabunenses, bares mais ricos em bebidas, cabarés tão freqüentados (idem, nota 1, p.143).

Os visitantes de Ilhéus destacaram as diferenças entre as cidades: enquanto Itabuna buscava o progresso, a evolução, a industrialização, Ilhéus mantinha sinais de antiguidade, não havia progredido para que pudesse chamar a atenção de pessoas de outra cidade. Se Itabuna era melhor, provavelmente tenha sido por dar maiores condições de vida aos seus

habitantes. Para isso, necessita dar-lhes facilidades para viver bem, algo que o progresso traz.

As questões da estrada de rodagem e da companhia de ônibus são relacionadas entre Itabuna e Ilhéus. Na cidade em que o enredo se passa, podemos destacar o caso da barra. Em certa passagem da obra, Mundinho Falcão conversa com Capitão, e esse lhe destaca o que acontecia com Ilhéus em relação ao progresso:

– Calça ruas, abre praças, planta flores. E fica nisso. Estradas? Nem pensar. Já construir a estrada de rodagem para Itabuna foi uma luta. Que tinha compromisso com os ingleses da Estrada de Ferro, patati, patatá... A barra? Tem compromisso com o governador... Como se Ilhéus houvesse parado há vinte anos... Agora era Mundinho quem ouvia em silêncio. O Capitão falava com um acento de paixão, querendo convencer. Mundinho pensava: ele tinha razão, as necessidades dos coronéis já não correspondiam às da terra em rápido progresso (idem, nota 1, p.74-75).

A partir desse momento, Mundinho Falcão interessa-se pelo caso da barra e busca construí-la. Chama, inclusive, um engenheiro do Rio de Janeiro para fazer um estudo e montar um projeto para que seja construída a passagem para grandes navios. A construção da barra passa a ser executada e, ao final, garante o processo de crescimento de Ilhéus, comemorado pelos habitantes.

Diversas vezes retardados, terminariam por fim os trabalhos da barra. Um novo casal, profundo e sem desvios, fora estabelecido. Por ele podiam passar sem perigo de encalhe os navios do Lloyd, do Ita, da Bahiana e, sobretudo, podiam entrar no porto de Ilhéus os grandes cargueiros para receber diretamente ali os sacos de cacau (idem, nota 1, p.356).

Neste subcapítulo de nossa análise, observamos que também há um diálogo entre a obra escrita por Jorge Amado e o contexto histórico em que esta se encaixa. Novidades chegavam a Ilhéus no decorrer de toda a narrativa, marcando a transição de um sistema antigo para um novo. Ilhéus deixa de ser uma cidade estancada no passado, a partir das idéias dos coronéis da cidade, e passa a viver o progresso pedido pelos moradores.

c) A pequena burguesia penetra na política

Além da transição do poder da cidade de Ilhéus, da passagem de uma visão ultrapassada para outra moderna, o que dá apoio a este fato são os pequenos burgueses da cidade. Pessoas de prestígio dentro da sociedade, mas que não eram observadas pelos governantes, passam a ter um papel importante na passagem política de *Gabriela, cravo e canela*. Personagens como o Capitão, João Fulgêncio e Nacib têm participação na reivindicação do progresso em Ilhéus, ao apoiar Mundinho Falcão.

O Capitão é filho de um finado homem poderoso de Ilhéus, que fora derrotado pelos Bastos quando governava a cidade, e é detentor de terras em Ilhéus; João Fulgêncio é o dono da Papelaria Modelo, local de venda de materiais escolares e de muitos livros; e, por fim, Nacib é o dono do bar Vesúvio, que é freqüentado por toda a cidade e mantém diversas discussões sobre a cidade em que viviam.

Durante discussão entre os coronéis, analisaram a figura do Capitão como seu concorrente para a vaga de Intendente de Ilhéus. Ver-se-á, assim, que este pequeno burguês penetra na política:

O Capitão seria candidato a Intendente, dr. Ezequiel Prado a deputado estadual. Da candidatura do advogado, Ramiro debochava. Alfredo seria certamente eleito. [...] O Capitão dependia apenas dos votos do município de Ilhéus. Adversário perigoso, o próprio Ramiro reconhecia. Era preciso derrotá-lo no interior do município, na cidade era capaz de ganhar. Cazuzinha, seu pai, derrotado pelos Bastos, deixara uma legenda na vida da cidade: de homem de bem, administrador exemplar. [...] Nascido em Ilhéus, tendo morado nos grandes centros, (o Capitão) tinha cheiro de civilização, orador aplaudido, gozava de grande popularidade. (grifos nossos) (idem, nota 1, p.264).

Capitão resolve entrar na política a partir de suas desavenças frente às atitudes dos Bastos e após receber apoio de Mundinho Falcão para tal. Tem-se aqui um exemplo da pequena burguesia entrando na política da cidade, após muitos anos de governo dos coronéis cacauzeiros. No fragmento acima também observamos a presença de outro pequeno burguês, o advogado Ezequiel Prado, que até então não havia penetrado na política. Com seu nome indicado pelos admiradores de Mundinho Falcão e sua complacência, Ezequiel também busca seu lugar na política.

Em uma das passagens do livro, observa-se que os freqüentadores do bar Vesúvio, inclusive seu dono, aderem à campanha de Mundinho Falcão:

Também no bar de Nacib houve um pega-pega com o deputado. Numa discussão, o homenzinho perdera a cabeça e dissera ser Ilhéus terra de brutos, de mal-educados, sem nenhum grau de cultura. Desta vez quem o salvou foi João Fulgêncio, Josué e Ari Santos, considerando-se pessoalmente ofendidos, quiseram dar-lhe uma surra. Foi necessário João Fulgêncio usar de toda sua autoridade para evitar a briga. O bar de Nacib agora era um reduto de Mundinho Falcão. Sócio do exportador e inimigo de Tonico, o árabe (cidadão brasileiro nato e eleitor) entrara na campanha (idem, nota 1, p.333).

Observa-se assim que Nacib também faz parte da campanha eleitoral de Mundinho Falcão. O dono do bar – caracterizando-se assim pequeno burguês – entra na disputa por Ilhéus como cabo eleitoral de

Mundinho. Neste fragmento, conseqüentemente, vê-se a adesão de João Fulgêncio, que, como freqüentador do bar de Nacib, faz parte das pessoas que apóiam a mudança na cidade que o opositor propunha. João Fulgêncio, também pequeno burguês, entra na política como alguém que tem influência na cidade e apóia o exportador.

Novamente, o diálogo entre história e literatura aparece, com os personagens citados neste subcapítulo participando da vida política de Ilhéus. É uma camada da sociedade que fará com que Mundinho Falcão obtenha votos suficientes para eleger-se governante da cidade.

d) A criação de jornais a partir da inquietação política

Nesta obra de Jorge Amado, observamos que a inquietação política é uma questão evidente, a partir do início das disputas eleitorais entre Ramiro Bastos e Mundinho Falcão, e a constatação de que havia apenas um informativo na cidade, vinculado ao poder dos grandes latifundiários.

Como observamos no primeiro subcapítulo da aplicação da teoria, Ramiro Bastos não dá apoio a Clóvis Costa para a fundação de um jornal diário para Ilhéus. Logo após, observa-se que o jornalista teria apoio do adversário do coronel:

“Qual não foi sua surpresa ao ver, nos postes das praças e nas paredes, dias depois, anúncios do próximo aparecimento do jornal. Mandou chamar Tonico:
— Que histórias é essa de jornal?
— De Clóvis?
— Sim. Tem uns papéis dizendo que vai sair.
— As máquinas já chegaram e estão sendo montadas.
— Como é isso? Neguei meu apoio. Onde ele achou dinheiro? Na Bahia?
— Aqui mesmo, pai. Mundinho Falcão...” (idem, nota 1, p.67).

O anúncio de quem era o patrocinador do jornal diário não satisfaz Bastos. Isso porque ele já tinha desavenças com o *forasteiro*, pois promovia obras em Ilhéus que desagradavam os coronéis. Como o jornalista havia proposto um jornal que trouxesse a voz do povo de Ilhéus, que estes pudessem reivindicar melhorias na cidade, Ramiro Bastos negou. Ora, com isso, e como Mundinho Falcão já promovia melhorias em Ilhéus que desagradavam os coronéis, podemos deduzir que uma tática política de Clóvis foi buscar Mundinho para o financiamento do diário, que atenderia mais as suas necessidades que a dos Bastos.

Concretiza-se, assim, a idéia de que a política incentivaria a criação de informativos voltados para a população, para que essa demonstrasse o seu pensamento frente ao governo. Há, mais uma vez, o diálogo entre a história do Brasil na época da obra e *Gabriela, cravo e canela*.

Conclusão

Com este artigo, pudemos mostrar a relação entre os quatro fatores do contexto histórico brasileiro de 1920 a 1930 e a obra *Gabriela, cravo e canela*, que se passa em 1925.

Destacamos no decorrer do trabalho a relação que há entre uma narrativa dotada de acontecimentos políticos (o governo dos Bastos, o aparecimento de Mundinho Falcão como adversários dos governantes, as conversas sobre política entre os freqüentadores do bar Vesúvio, a adesão por parte do povo a Mundinho Falcão, a indignação do povo frente aos governantes etc.) e a história brasileira, que tem bruscas modificações justamente nessa época do século XX. A queda das grandes oligarquias agrárias dá espaço a um novo modelo político, que tem no progresso a sua grande marca.

Com as referências teóricas acerca da crítica sociológica, da história do Brasil na época e a comparação com a obra *Gabriela, cravo e canela*, chegamos à conclusão que há um diálogo forte e bem construído entre esses acontecimentos históricos e os acontecimentos narrados. Isso, então, mostra que a crítica sociológica tem sua importância para a literatura e mostra que uma sociedade da realidade pode ter relação com a sociedade que é exposta numa obra literária. O nosso objetivo, porém, foi apenas demonstrar que há dialogismo, ou seja, o diálogo entre

a literatura e a história.

Cremos que o grande resultado de nossa pesquisa foi poder verificar que a teoria sobre o Brasil da década de 1920 se aplica ao texto literário escolhido para análise da mesma época, dando, quem sabe, uma nova idéia sobre a interpretação da história na literatura nos textos desse grande escritor chamado Jorge Amado.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 37.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

DACANAL, José Hildebrando. **O romance de 30**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

DANZINGER, Marlies K.; JOHNSON, W. Stacy. **Introdução ao estudo da crítica da literatura**. São Paulo: Cultrix-USP, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GUSMÃO, P. Dourado de. **Manual de sociologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: Modernismo**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1996. 5 V.

SAMUEL, Rogel. **Manual de teoria literária**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Literatura e história no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.